

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Presidente apresenta planos para o país a 400 empresários israelenses.....	2
Título: Manutenção do horário de verão é alvo de estudo.....	3
Título: ICMS na tarifa de energia entra na mira da Anee.....	4
Título: Royalties do petróleo criam ilhas de riqueza em 17 cidades.....	5
Título: Enriquecidas, Niterói e Maricá esperam criar fundo bilionário.....	8
Título: Destaques	9
Título: Saudi Aramco é a companhia mais lucrativa do mundo.....	10
Título: Vendas de etanol deverão continuar em alta no país	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Petrobrás mudará política atual se investir em Israel	13
Título: Estudo definirá continuidade do horário de verão	14
Título: Vocação para o protagonismo ambiental.....	15
Título: Fundo não é da Lava Jato nem do Ministério Público, afirma Deltan	17
Título: Ela vai?	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Doria estuda emitir títulos e dar royalties como garantia.....	19
Título: Reflexo de Brumadinho, exportação de minério de ferro cai 26% em março	20
Título: Bloqueio de caixa da Vale pela Justiça chega a R\$ 17,6 bi	21
Título: Reconstrução.....	22
Título: Ministério Público no Rio recorre para que Temer e outros 7 denunciados voltem à prisão.....	23
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: Presidente avalia acabar com o horário de verão. Estudo já está pronto	24

Título: Vale tem 17 barragens sem declaração de estabilidade	25
Título: Petrobras quer privatizações sem aval de acionistas	27
Título: Estados em calamidade financeira concentram um terço das estatais.....	28
Título: MPF recorre para levar Temer de volta à prisão	30
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: Horário de verão na pauta	31

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Por De Jerusalém

Título: Presidente apresenta planos para o país a 400 empresários israelenses

O governo brasileiro pretende expor hoje, a cerca de 400 empresários brasileiros e israelenses, os planos para expansão de mercados, com destaque especial para uma nova matriz energética que privilegie investimentos em gás.

O café da manhã com CEOs em Jerusalém, com a presença do presidente Jair Bolsonaro e do primeiro-ministro de Israel, Benyamin Netanyahu, foi organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

O governo brasileiro não divulgou o nome dos investidores que participarão do encontro com o mandatário.

Uma das exposições mais aguardadas será a do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. O governo de Israel está de olho numa parceria com a Petrobras para exploração de gás. O ministro de Energia de Israel, Yuval Steinitz, disse à imprensa local, durante a visita de Bolsonaro ao país, que há interesse de investimentos da Petrobras.

"Se ela vai ter participação ou apresenta proposta, isso é questão da Petrobras", afirmou o ministro brasileiro. "Israel já é exportador de gás, e o gás entrou na

matriz energética do país, da mesma forma que nós pretendemos que a matriz de gás tenha papel mais relevante no Brasil", afirmou o titular de Minas e Energia. Ele também quer iniciar acordos que possam resultar em investimentos nas áreas de petróleo e biocombustíveis, com foco em startups de tecnologia e inovação.

Bento Albuquerque reforçou que o Ministério de Minas e Energia (MME) está debruçado em estudos sobre a expansão do mercado de gás no Brasil e deve apresentar isso até junho. "Primeiro temos que definir qual vai ser o marco regulatório disso."

"Estamos conversando com a Petrobras, com os Estados, que têm o monopólio da distribuição", afirmou. Segundo o ministro, talvez seja necessário elaborar um marco regulatório para exploração de gás.

"Já recebemos diversas visitas de empresários que querem investir no mercado de gás. O que eles querem? Segurança jurídica", disse Albuquerque. Além do ministro de Minas e Energia, Marcos Pontes, de Ciência e Tecnologia, também fará uma exposição hoje aos empresários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Malu Delgado | De Jerusalém

Título: Manutenção do horário de verão é alvo de estudo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou, durante o segundo dia de visita oficial do governo brasileiro a Israel, que tem um estudo concluído para apresentar ao presidente Jair Bolsonaro para que ele defina se haverá ou não a continuidade do horário de verão, em 2020.

"O presidente, há uma semana, mandou que eu estudasse e apresentasse a ele essa questão do horário verão, para ele poder decidir. Os estudos estão praticamente encerrados. Isso é um estudo permanente do ministério", disse o ministro a jornalistas. Albuquerque acompanha Bolsonaro na visita oficial a Israel.

"A minha opinião técnica vou dar ao presidente", disse, descontraído, justificando que não anteciparia nenhuma posição antes de conversar com Bolsonaro. "Não é uma análise isolada, apenas em termos de economia. Entram também outros fatores."

Segundo o ministro, é público que, no passado, Bolsonaro deu declarações contrárias à manutenção do horário de verão. "Mas ele me pediu um estudo isento, me deu autonomia para que apresentasse um estudo técnico."

Bento Albuquerque antecipou que estará pronto para apresentar os estudos ao presidente a partir da próxima semana. "Ele tem muito interesse [no assunto]", justificou o ministro.

O principal critério a ser considerado, explicou o titular da pasta, é "o pico de luz". "Em 2019 tivemos vários recordes de consumo e o sistema suportou." Porém, observou Albuquerque, há que ser também considerado o aspecto turístico, já que em muitas cidades o horário de verão favorece atividades econômicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ICMS na tarifa de energia entra na mira da Anee

Depois de obter reduções no custo da energia pela quitação do conjunto de empréstimos bilionários das distribuidoras e da eliminação de subsídios, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende discutir com os Estados a possibilidade de diminuição da incidência de ICMS nas tarifas de energia. Segundo o diretor-geral da autarquia, André Pepitone, do total da tarifa, cerca de 40% são relativos a tributos e encargos.

"Uma grande quantidade da conta de energia está indo para os Estados. Então, se quisermos desonerar [a tarifa], precisa-se enfrentar essa agenda. Os Estados são um ator importante nesse sentido", disse ontem Pepitone, após participar de seminário do setor elétrico no Rio.

Questionado sobre a dificuldade fiscal dos Estados, Pepitone afirmou que a política tributária de cada Estado é de responsabilidade dos respectivos governos, mas que é importante debater o assunto, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"Não tenho a pretensão de adentrar na política tributária dos Estados. Como diretor-geral da Aneel, tenho uma preocupação: reduzir a tarifa de energia do país. E um dos principais pilares para a redução passa pela questão do ICMS dos Estados. Não podemos nos furtar de fazer essa discussão."

Segundo, em números absolutos, o Rio de Janeiro é o Estado que mais arrecada ICMS com a energia elétrica: R\$ 167,82 por cada megawatt-hora (MWh) consumido. Em segundo lugar está Piauí, com R\$ 167,74, seguido por Goiás, com R\$ 154,15.

Com relação a outras medidas de desoneração tarifária, Pepitone lembrou que a quitação antecipada dos empréstimos firmados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) junto a bancos para socorrer distribuidoras durante a crise energética de 2014 possibilitará uma redução média de 3,7% das tarifas em 2019 e de 1,2%, em 2020.

Ele lembrou ainda que, com relação aos subsídios, que totalizam cerca de R\$ 20 bilhões por ano, a autarquia obteve uma redução estimada de 25% nos próximos cinco anos, com a eliminação do subsídio ao consumidor rural e de serviço público de água, esgoto e saneamento.

Na mesma linha da Aneel, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, também chamou a atenção para o peso de encargos e tributos na conta de luz. "Salta aos olhos quando você compara [a tarifa brasileira] com o custo de energia no resto do mundo. Uma presença muito forte de tributos e encargos."

Ele disse que as medidas adotadas para desonerar a tarifa desde o fim do ano passado já têm efeito na redução da tarifa, "mas é preciso que haja uma conscientização de que a sociedade não tem condições de continuar pagando os níveis de energia que estamos pagando hoje. É um impacto sobre a economia e o consumo das famílias".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Royalties do petróleo criam ilhas de riqueza em 17 cidades

A promessa do governo federal de dividir parte dos recursos da União no pré-sal entre Estados e municípios é um alento para centenas de prefeitos e governadores que veem no pacto federativo uma oportunidade de equilibrar melhor suas contas públicas, muitas vezes debilitadas. Um seleto grupo de gestores, porém, não tem do que reclamar quando o assunto é a arrecadação de royalties e participações especiais sobre o óleo e gás.

Levantamento do **Valor**, com base no banco de dados do site InfoRoyalties, mantido pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), mostra que em 2018, pela primeira vez na história, as receitas petrolíferas dos municípios brasileiros superaram os R\$ 10 bilhões, enquanto nos Estados as contribuições bateram o recorde de R\$ 15 bilhões.

O ciclo de bonança, porém, não é uma realidade entre muitos entes federativos. Rio e São Paulo concentraram 85% da arrecadação de royalties e participações especiais entre os Estados e foram os únicos a baterem recorde de receitas do petróleo em 2018, ao passo que Espírito Santo e Nordeste convivem com o declínio de seus campos. Já entre os municípios, dois terços das receitas vão para os cofres de 20 cidades. Para ilustrar o tamanho da concentração do dinheiro do petróleo, 17 arrecadaram mais de R\$ 100 milhões, enquanto 501 cidades receberam menos de R\$ 1 milhão em 2018.

Os critérios de repasse dos royalties são alvo de um impasse desde 2012, quando o Congresso aprovou a Lei 12.734/12, que alterou as regras de redistribuição e reduziu as transferências para os Estados produtores, em favor de outras unidades federativas. O assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2013, por meio de uma liminar, suspendeu os efeitos da lei. O assunto nunca foi a plenário, e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), favorável aos novos critérios, cobra um posicionamento da Corte.

Os principais beneficiários dos royalties estão localizados, hoje, no Rio de Janeiro, cujo litoral se confronta com os principais campos do pré-sal da Bacia de Santos e do pós-sal da Bacia de Campos (as duas maiores fronteiras de produção da costa brasileira). O entendimento entre as autoridades fluminenses é que o royalty, por definição, se trata de uma compensação financeira aos Estados e municípios que abrigam as atividades de extração e que sofrem os seus impactos diretos.

Em meio aos recordes de produção do pré-sal, os municípios do Rio caminham para ultrapassar, em 2020, pela primeira vez, o patamar de arrecadação de R\$ 10 bilhões em royalties e participações especiais, segundo projeções da Firjan. Dentre os 92 municípios do Estado, um seleto grupo desponta como destino principal dessas cifras nos próximos anos.

Entre o imponente Costão de Itacoatiara, em Niterói, ao paradisíaco Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, uma faixa litorânea se estende por cerca de cem quilômetros de praias, entrecortando cinco municípios: Niterói, Maricá, Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, que recebem R\$ 1 em cada R\$ 4 de tudo o que os municípios brasileiros arrecadam com royalties e participações especiais.

Essas cinco cidades, que abrigam, juntas, 915 mil habitantes, arrecadaram cerca de R\$ 3 bilhões em royalties e participações especiais em 2018 e têm um futuro promissor pela frente, já que todas as nove plataformas que a Petrobras prevê começar a operar nos próximos cinco anos, no pré-sal, serão instaladas na costa desses municípios. A petroleira estima que o pré-sal gere receitas da ordem de R\$ 150 bilhões até 2023, para a União, Estados e municípios em participações governamentais.

Em 2018, a região viu nascer, em seu território, a figura das cidades bilionárias do petróleo - municípios cuja arrecadação com as receitas petrolíferas superaram a casa do bilhão de reais. Estes foram os casos de Maricá e Niterói, na região metropolitana do Rio. Até então, só Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, havia conseguido o feito, no início da década.

A bonança que gera tanto otimismo entre os gestores também preocupa. Pesquisas do Laboratório de Análise de Orçamentos e de Políticas Públicas, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (LOPP/MPRJ), alertam para o grau de dependência dos municípios com as receitas do petróleo, no Rio. Em Maricá, por exemplo, as receitas petrolíferas já respondem por 70% do orçamento, enquanto em Niterói esse percentual saltou de 6% em 2015 para 31% em 2019.

"Toda a história do Norte Fluminense mostra que esses municípios [como Campos dos Goytacazes e Quissamã] receberam muito dinheiro, ficaram muito dependentes das receitas do petróleo, e não mostram melhoras expressivas no seu desenvolvimento", comenta a coordenadora do centro de pesquisas do LOPP/MPRJ, Joana Monteiro.

Ela questiona as atuais regras de distribuição, que concentram os recursos em poucos municípios. "A regra dos royalties faz com que haja municípios muito ricos ao lado de outros muito pobres", disse, ao citar o exemplo de São Gonçalo, vizinha das bilionárias Maricá e Niterói, mas cuja arrecadação com o petróleo é da ordem dos R\$ 20 milhões.

Joana destaca, ainda, a importância de se aumentar os níveis de controle sobre os gastos dos municípios. "Os municípios recebem muito dinheiro. Estamos falando de municípios pequenos com volumes muito grandes. Isso para um país já seria complicado [de administrar]... É muito difícil que a economia local faça isso [absorver tantas receitas variáveis]", afirma.

O economista do LOPP, Rodrigo Serra, defende a criação de um sistema de teto de arrecadação para os municípios, como forma de equilibrar a distribuição. "Chegando-se a determinado limite, a distribuição começaria a ser feita

especialmente para outros municípios. Poderia haver um sistema meritório de compensação", disse.

Em 2018, o LOPP publicou um estudo que alerta para a elevação das despesas com pessoal de Maricá, em 55%, entre 2013-2017, "indicando um procedimento temerário de elevar substancialmente despesas correntes para fazer frente a gastos com pessoal, baseado no influxo de uma receita errática, variável e finita, como as provenientes das compensações financeiras petrolíferas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Especial

Autor: Do Rio

Título: Enriquecidas, Niterói e Maricá esperam criar fundo bilionário

Beneficiadas pela produção do pré-sal, Maricá e Niterói, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, viram suas arrecadações com royalties e participações especiais mais que quadruplicarem em apenas dois anos (entre 2016 e 2018) e romperem, no ano passado, pela primeira vez, a casa do bilhão de reais. As cidades decidiram, então, criar fundos para poupar parte das arrecadações e já acumulam um patrimônio de R\$ 100 milhões cada uma.

Para as próximas décadas, são esperadas poupanças bilionárias, já que os tempos são de bonança. Só Maricá estima que entrarão, nos cofres do tesouro municipal, nada menos do que R\$ 14 bilhões em oito anos, em royalties e participações especiais.

Maricá e Niterói aproveitam as riquezas para aumentar os investimentos públicos, mas ainda vivem a realidade da dependência das receitas petrolíferas para bancar seus custeios. Em Niterói, metade das receitas petrolíferas previstas na Lei Orçamentária Anual de 2019 será destinada para custeio e um terço para investimentos. Cerca de R\$ 132 milhões de royalties, por exemplo, devem ser destinados ao fundo de previdência, e R\$ 53 milhões, para a companhia de limpeza da cidade.

"Mas é importante lembrar que as atividades típicas de um município estão atreladas a custeio, como limpeza, conservação, saúde básica, educação fundamental - até mesmo a segurança pública virou questão municipal. Temos um escopo de atuação no município que impacta as pessoas. Temos que equilibrar o que é necessidade urgente e o que temos condições de poupar", diz a secretária da Fazenda de Niterói, Giovanna Victér.

Giovanna destaca que a gestão está preocupada em encontrar uma equação de equilíbrio entre os gastos com serviços e investimentos em infraestrutura, como

em mobilidade urbana e drenagem e pavimentação. Ela afirmou ainda que o município tem planos de zerar seus precatórios até 2020 e busca formas de diversificar sua economia (uma das pretensões é transformar a cidade numa referência no setor audiovisual).

O Fundo de Equalização de Receita de Niterói recebe, por lei, 10% de cada repasse das participações especiais. A poupança acumula R\$ 102 milhões, mas a previsão é ter R\$ 2,5 bilhões em depósito até 2040. Já Maricá deposita, mensalmente, entre 1% e 5% da arrecadação de royalties e espera conseguir poupar R\$ 1,8 bilhão em dez anos. O fundo municipal acumula R\$ 106 milhões.

Segundo o secretário de Planejamento de Maricá, Leonardo Alves, a intenção é que o fundo ajude a manter, no futuro, os investimentos e os programas sociais - a prefeitura administra, por exemplo, um programa de transferência direta de renda e quer universalizar um sistema de transporte público gratuito. A ideia também é utilizar o fundo como garantidor de parcerias públicas privadas. "Investidores que queiram entrar em Maricá terão a oportunidade de ter no município um parceiro", disse.

Ele também destaca que a gestão municipal tem se empenhado em diversificar suas fontes de arrecadação, por meio de iniciativas de inteligência fiscal para regularização do comércio local. O município também quer aproveitar o momento favorável para a instalação de novos empreendimentos. Nos últimos anos, Maricá investiu cerca de R\$ 10 milhões, por exemplo, na revitalização de um aeroporto, que servirá como base para o transporte de empregados das plataformas da Petrobras.

Maricá também tem planos de universalizar o saneamento básico, em até 15 anos. A prefeitura criou uma estatal para investir na rede de esgoto, que hoje só atende a 4% da população, e firmou um convênio com a Cedae para investir na distribuição de água - hoje 35% da população é atendida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

BR recebe da Eletrobras

A BR Distribuidora recebeu a 11ª parcela da negociação de dívida com a Eletrobras, de R\$ 127,6 milhões. Assim, o montante já recebido chega a R\$ 2,044 bilhões. Em abril do ano passado, a Eletrobras assinou instrumentos de confissão de dívidas (ICDs) com a BR Distribuidora, no valor de R\$ 4,6 bilhões,

relativos a contratos de fornecimento de derivados para a geração de energia no Norte do país. As dívidas deverão ser quitadas em 36 prestações mensais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Empresas

Autor: David Sheppard e Myles McCormick | Financial Times, de Londres

Título: Saudi Aramco é a companhia mais lucrativa do mundo

A Saudi Aramco informou pela primeira vez seu desempenho financeiro, que ela manteve secreto por três quartos de século, revelando que a companhia de petróleo da Arábia Saudita gerou mais lucros no ano passado do que qualquer outra companhia do mundo.

A revelação, feita num prospecto voltado para atrair investidores antes de sua estreia no mercado internacional de bônus, mostra que o grupo obteve um lucro líquido de US\$ 111,1 bilhões no ano passado, quase o dobro do lucro da Apple e cinco vezes o número da concorrente petrolífera Royal Dutch Shell.

O desconforto dos sauditas em revelar a constituição corporativa e estrutura de controle da companhia estão entre os motivos de a Saudi Aramco ter adiado, no ano passado, uma célebre oferta pública inicial. O desacordo em relação ao seu valor, acabou forçando um adiamento indefinido.

Mas a companhia decidiu recorrer aos mercados abertos para levantar recursos para a sua aquisição recente da companhia petroquímica local Sabic, por US\$ 69 bilhões. A venda, que se espera vai levantar US\$ 10 bilhões, será um teste à disposição dos gestores de fundos em apoiar uma companhia cuja influência está ligada à sua conexão histórica com o desenvolvimento do Estado saudita.

O raro vislumbre sobre as finanças da companhia, que produz mais de 10% do petróleo do mundo, mostra que a dependência do Estado da produtora de petróleo significa que ela gera menos em lucros pós-impostos por barril do que as concorrentes privadas.

Em 2017, o governo de Riad dependeu do setor de petróleo para 63% de suas receitas, segundo o prospecto da operação. A receita fiscal do reino significou que a companhia de petróleo ganhou aproximadamente US\$ 26 por barril no ano passado, em comparação a US\$ 38 por barril no caso da Royal Dutch Shell e US\$ 31 no da Total da França. Em 2018, a Saudi Aramco gerou lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de US\$ 224 bilhões.

As agências Moody's e Fitch atribuíram à companhia as notas "A1" e "A+", respectivamente, mas disseram que a dependência do governo da produtora de petróleo para financiar seu orçamento atua como um teto à sua avaliação de crédito. A produtora americana ExxonMobil, por exemplo, recebe da Moody's a nota "AAA".

A Moody's disse que a Saudi Aramco têm muitas características de um tomador com nota "AAA", como endividamento mínimo em relação aos fluxos de caixa, produção em grande escala, liderança de mercado e acesso na Arábia Saudita a uma das maiores reservas de hidrocarbonetos do mundo. Mas sua nota final ficou restrita a "A1" "por causa das ligações estreitas entre o governo e a companhia".

De modo parecido, a Fitch observou que "a produção elevada, as vastas reservas, os baixos custos de produção e o perfil financeiro bastante conservador" da companhia lhe dariam classificação "AA+", mas atribuiu a nota "A+" à influência do Estado sobre a empresa via o controle do nível de produção, a taxação e os dividendos.

A operação de venda dos bônus, poderá incluir títulos de dívida de 30 anos de prazo, e é realizada no momento em que o preço do petróleo recupera parte da queda no quarto trimestre de 2018.

A transação com a Sabic envolverá a transferência de dinheiro para o Fundo de Investimentos Públicos da Arábia Saudita, o fundo soberano que o príncipe da coroa Mohammed bin Salman escolheu como veículo para carregar seus planos ambiciosos de reformulação da economia saudita e diversificá-la para além do petróleo.

Autoridades que esperavam listagem da Saudi Aramco no mercado de ações verão US\$ 100 bilhões serem canalizados para o fundo soberano. A Saudi Aramco já emitiu bônus em moeda local antes, mas o negócio internacional de US\$ 10 bilhões deverá dar à companhia um papel maior nos mercados financeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Vendas de etanol deverão continuar em alta no país

O etanol hidratado começou a nova safra sucroalcooleira do Centro-Sul (2019/20), ontem, com uma boa vantagem econômica para os motoristas em relação à gasolina nos principais centros consumidores do país, o que promete

garantir a continuidade do aumento das vendas como tem sido observado nos últimos meses.

Em fevereiro, as vendas de hidratado somaram 1,729 bilhão de litros, crescimento de 39% ante um ano antes e um novo recorde para o mês de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgado na sexta-feira.

Essas vendas aquecidas ocorreram em um mês em que o etanol estava mais competitivo do que a gasolina para a média da frota flex brasileira nos postos de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás - no Paraná, a vantagem se manteve apenas até a terceira semana de fevereiro. Juntos, os quatro Estados responderam por 77% das vendas totais.

Mesmo no ápice da entressafra do Centro-Sul, em março, o etanol manteve sua competitividade ante a gasolina nos postos dos mesmos quatro Estados. Na última semana do mês (encerrada dia 30), o preço médio nos postos de São Paulo, por exemplo, ficou em 69% do valor da gasolina (1 ponto abaixo do patamar de 70% em que os dois combustíveis são igualmente competitivos economicamente).

No fim de março do ano passado, o etanol só estava mais vantajoso do que a gasolina em Goiás (onde a correlação de preços alcançou 69%) e em Mato Grosso (com correlação de 67%).

A vantagem observada agora tem sido assegurada, principalmente, pelos repasses da alta do petróleo no mercado internacional à gasolina A (pura) nas refinarias da Petrobras. Em março, o preço médio da gasolina C (já misturada ao etanol anidro) no país subiu 2,7%, enquanto o preço da gasolina A foi elevado em 10,81% pela Petrobras no mês passado.

E o cenário para o mercado de etanol é ainda melhor se for considerada a perspectiva futura para os preços do biocombustível para os motoristas. "Além do etanol estar competitivo, o preço tem viés de baixa na bomba, porque os preços nas usinas também recuaram", observou Tarcilo Rodrigues, diretor da Bioagência, que comercializa etanol.

Enquanto os preços da gasolina subiam em março nas refinarias e nos postos, os do etanol já começavam a recuar na porta das usinas diante da retomada da moagem em algumas localidades e da oferta ainda elevada nos estoques.

Em São Paulo, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado recuou 12,6% nas quatro semanas de março. Em Mato Grosso, que tem contado com oferta crescente das usinas que processam milho para produzir o biocombustível, o indicador Cepea/Esalq já recuou 6,8% desde a máxima alcançada na última

semana de fevereiro (até 1º de março). Nas usinas de Goiás, o indicador Cepea/Esalq apontou queda de 15% no mesmo período.

Para Rodrigues, da Bioagência, essa queda deverá chegar aos consumidores nas próximas duas semanas, o que tende a ampliar ainda mais a vantagem do etanol ante a gasolina. "Em São Paulo, a correlação deve cair até 65% já na segunda quinzena de abril". A pressão também deverá chegar aos Estados onde hoje o etanol está ligeiramente menos vantajoso do que a gasolina, como é o caso do Paraná.

Para Rodrigues, as vendas de etanol deverão se manter no patamar de 1,8 bilhão a 1,9 bilhão de litros pelo menos nos três primeiros meses desta safra - na temporada passada, as vendas nesse período ficaram, em média, em torno 1,4 bilhão de litros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás mudará política atual se investir em Israel

Especialistas lembram que atual prioridade da estatal é reforçar atuação no Brasil, com foco em novas áreas do pré-sal

Israel ocupa posição irrelevante no mercado mundial de petróleo e gás natural. Por isso, qualquer parceria com o governo brasileiro nesta área e com a Petrobrás só teria sentido se fizesse parte de um acordo mais amplo entre os dois países, envolvendo troca de conhecimentos de tecnologias, diz o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE/UFRJ) e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), Helder Queiroz. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, se encontrou, no domingo passado, com o seu homólogo israelense, Yuval Steinitz.

Durante o encontro, trataram de uma possível participação da Petrobrás no segundo leilão de gás natural e exploração de óleo em duas áreas licitadas pelo país, informou o MME, em nota oficial. Queiroz destaca, no entanto, que a Petrobrás reviu o seu plano de negócios para focar no pré-sal, no Brasil. No mercado internacional, o projeto é se desfazer de ativos, mesmo na área de exploração e produção de petróleo e gás natural, o "coração" da empresa. "Investir em Israel significaria uma reversão de estratégia. Esse tipo de notícia parece uma questão de governo, um acordo bilateral, não necessariamente na área de petróleo e gás natural", afirmou.

Para o analista Pedro Galdi, da Mirae Asset Wealth Management, esse tipo de negócio não faz sentido para a estatal brasileira. Ele diz que, se a ideia for para frente e não for apenas "um discurso" do governo brasileiro, representará uma derrota para o atual presidente da estatal, Roberto Castello Branco. Galdi acredita que o anúncio tenha tido a função de compensar a frustração dos anfitriões em relação à visita da comitiva brasileira. A presença da delegação do Brasil gerou entre outras expectativas, como a mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, a exemplo do que fizeram Estados Unidos e Guatemala.

Coordenadora de pesquisas da FGV Energia, Fernanda Delgado também demonstrou estranheza com a notícia. Ela não vê motivos para a Petrobrás recuar do objetivo de focar suas atividades no pré-sal brasileiro, ainda mais na iminência da realização do leilão de áreas gigantes. "Causou estranheza, com tantas áreas internas e o discurso do presidente da companhia de diminuir investimentos externos e focar no pré-sal, a empresa recuar assim. Parece mais um movimento político do governo Bolsonaro em relação a Israel", avaliou a pesquisadora.

Delgado ressalta ainda que Bolsonaro está seguindo os passos do presidente dos EUA, Donald Trump, que também se aproximou de Israel. "Mas o objetivo de Trump era a fonte de financiamento e não vi nenhuma menção à liberação de recursos nas declarações feitas por Bolsonaro", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Célia Froufe **ENVIADA ESPECIAL / JERUSALÉM**

Título: Estudo definirá continuidade do horário de verão

Assunto deve ser levado a Bolsonaro na próxima semana; Temer chegou a cogitar mudança

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informou ontem que o governo deve fechar na semana que vem um estudo sobre o horário de verão no Brasil. "O presidente (Jair) Bolsonaro mandou que eu estudasse e apresentasse a ele uma semana atrás essa questão, para poder decidir", disse. Segundo o ministro, os estudos, que são permanentes no MME e se encontravam em estágio avançado na gestão anterior, estão em fase final de elaboração.

A decisão, de acordo com ele, tem de ser feita neste momento e não leva em consideração apenas dados econômicos com a mudança a ser feita nos relógios,

mas outros fatores, como sobrecarga e picos de consumo, por exemplo. Albuquerque não quis adiantar sua posição sobre o tema. "Minha opinião técnica, vou dar para o presidente. Ele tem muito interesse. Quando o presidente quiser, estarei pronto, a partir da próxima semana", disse, acrescentando que também não poderia dizer se Bolsonaro é contra ou a favor da mudança. Justificativa. Criado com a finalidade de economizar energia e aproveitar o maior período de luz solar durante os meses mais quentes do ano, quando os dias também são mais longos, a medida foi lançada no Brasil pela primeira vez em 1931 e adotada em caráter permanente a partir de 2008.

Em 2017, o presidente Michel Temer chegou a estudar acabar com o horário de verão. O motivo é a mudança no padrão de consumo de energia da população, cujo pico de consumo passou a ser entre 14 horas e 15 horas. A constatação foi do Operador Nacional do Sistema (ONS). Anteriormente, o pico era das 17 horas às 20 horas, o que justificaria a manutenção da medida. Mesmo assim, o ministro de Minas e Energia à época, Fernando Coelho Filho, encerrou a polêmica e preservou a prática. Anunciou ainda que seria feita uma consulta à população para avaliar a continuidade do horário de verão. No ano passado, com as eleições, o início do horário de verão foi adiado e a mudança só durou 105 dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Paulo Hartung

Título: Vocação para o protagonismo ambiental

Durante toda a minha vida valorizei o diálogo e as discussões sustentadas em questões atuais, sempre com olhar para o futuro, vislumbrando as oportunidades que dali podem surgir. E o Brasil é um País recheado de potencialidades, com capacidade para ser referência mundial numa série de quesitos. Aqui não estou exagerando, pois ando o Brasil inteiro e percebo a vontade da sociedade aliada à diversidade que o nosso território nos oferece. Hoje, diante do grave desafio das mudanças climáticas, temos uma grande oportunidade, por exemplo. Já somos reconhecidos mundialmente pelo nosso compromisso e pelos nossos avanços. Mas podemos mais.

Devemos contribuir para o debate, assumir o protagonismo e tornar o Brasil líder nesse tema tão sensível e urgente, que ameaça as futuras gerações de todo o planeta. E precisamos- nos movimentar agora. Temos um caso concreto no setor de árvores plantadas para fins industriais, que ano após ano apresenta excelentes resultados e uma contribuição sem precedentes para o meio ambiente. Caso o leitor ainda não tenha ouvido falar, vem das florestas

plantadas, comumente eucalipto, pinus e teca, a madeira para produção de celulose, papel, painéis de madeira, pisos laminados e carvão vegetal, entre milhares de outros produtos e subprodutos. Exatamente pelo pensamento estratégico, aliado à sustentabilidade, essas florestas são cultivadas em áreas antes degradadas por outras atividades ou em locais onde o solo apresenta baixa fertilidade.

E aí se desencadeia um longo e cuidadoso processo para que cada etapa, do campo à indústria, seja o correto. Hoje essa indústria possui 7,8 milhões de hectares de árvores plantadas, com 1,7 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) estocado. Os produtos originados nessas florestas cumprem também a função de armazenamento de carbono, mitigando a liberação de gases de efeito estufa para a atmosfera. A biodiversidade demonstra a vida que essas florestas auxiliam a preservar. Mesmo ocupando menos de 2% do território nacional, 38% dos mamíferos e 41% das aves ameaçadas de extinção no Brasil já foram avistados em áreas de empresas florestais. Esse é um indicador muito rico, porque, se há fauna e flora conservados, há um sinal de que o trabalho com o meio ambiente está sendo bem feito. Com o cuidado, investimento e evolução nas técnicas de manejo foi possível fazer as espécies trabalhadas nessa indústria se adaptarem a diferentes regiões.

Do Sul ao Nordeste, há hectares e mais hectares sendo cultivados para fins específicos. Vale mencionar que o bom manejo e os benefícios ambientais gerados não ficam só no discurso, uma vez que essas florestas são certificadas pelas entidades mais conceituadas mundialmente. Esse é, aliás, um dos motivos que tornam esse setor de fundamental importância para as exportações nacionais. Em 2018 foi responsável por 4,1% das negociações brasileiras com outros países. Além da qualidade dos produtos, eles têm a chancela de ser originados e fabricados de acordo com os mais altos níveis de sustentabilidade. Países como a China, que se comprometeu no Acordo de Paris a mitigar a emissão de gases de efeito estufa, buscam alternativas como as nossas para atingir as metas estabelecidas.

Aqui, todo o papel que é comercializado, seja para escrever, para fins sanitários ou para embalagens, é 100% originado de florestas plantadas. Importante mencionar também a conservação das florestas naturais promovida pelo setor. A cada hectare de árvores plantadas essa indústria conserva outro 0,7. Atualmente são 5,6 milhões de hectares conservados, culminando em mais 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ estocadas. Interessante notar que o processo fabril também está intimamente ligado a um planejamento sustentável. A Energia para fazer as unidades funcionarem é renovável e as torna praticamente autossuficientes. Seja por meio de biomassa florestal ou carvão vegetal, oriundo de floresta plantada, as plantas fabris das empresas desse setor produzem 70% da Energia consumida nos seus processos produtivos. As

fábricas de celulose mais modernas, além de produzirem toda a sua em Energia, ainda produzem excedentes para comercialização.

O setor não precisou parar nem por um minuto as suas atividades para se adequar a uma realidade de sustentabilidade. Tecnologia e inovação fazem parte dessa indústria, que vem pesquisando e trabalhando para servir à sociedade e contribui para que o Brasil atinja suas metas em compromissos internacionais. Compromissos esses que são fundamentais. A Organização das Nações Unidas (ONU) destacou em seu relatório de 2017 que o Brasil é um dos países que vêm conseguindo manter sua proposta firmada no Acordo de Paris, na qual pretende reduzir as emissões entre 36,1% e 38,9%. Tenho total convicção de que tudo o que foi apresentado até aqui pela indústria de florestas plantadas tem papel determinante nesse status atingido.

Há áreas reflorestadas, emissões sendo mitigadas, Energia renovável sendo produzida e utilizada, além de biodiversidade preservada. Mas não devemos parar de trabalhar. Somos um dos 195 países que concordaram em reduzir as emissões para limitar aumento da temperatura planetária a 1,5 grau Celsius. E isso é muito sério. Fazer parte desse acordo significa ter compromisso com a sociedade, propor-se a trabalhar de maneira integrada, aliando, de fato, o econômico ao social e ambiental. Não são excludentes, mas complementares. Sem partidarismos e sem preconceitos, é o momento de pensarmos no País e, mais, é hora de trabalharmos pelo futuro dos nossos filhos, netos e das demais gerações. É possível e o Brasil tem potencial para liderar esse processo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Fundo não é da Lava Jato nem do Ministério Público, afirma Deltan

O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná, Deltan Dallagnol, afirmou ontem que o fundo que receberia parte da multa de R\$ 2,5 bilhões da Petrobrás em ações nos Estados Unidos "não é do Ministério Público nem da Lava Jato". Ele disse que a Procuradoria da República do Paraná pediu a suspensão do acordo com a estatal apenas para maior diálogo com outras instituições.

Pelo acordo, a Petrobrás se comprometeu a repassar às autoridades brasileiras US\$ 682,5 milhões, cerca de R\$ 2,5 bilhões. O valor equivale a uma parcela do que a empresa foi condenada a pagar por ter causado prejuízos a investidores americanos. Pelo acerto com a força-tarefa em Curitiba, o montante seria gerido por uma fundação.

Deltan afirmou durante evento do Estado que "a autorização para que 80% dos recursos ficassem no Brasil não é uma mera liberalidade". "Esse recurso não poderia ser transferido para a União, ficar com a Petrobrás, não poderia ser transferido para o Ministério Público. Em nenhuma das hipóteses, o dinheiro ficaria no Brasil."

O fato de constar no acordo que parte dos valores seria destinada à entidade a ser constituída provocou reações negativas. "O que existiu, sim, foi uma autorização condicionada à política oficial norte-americana", disse Deltan. "Os Estados Unidos frisaram que o dinheiro não poderia ficar com a União federal porque a União é controladora da Petrobrás."

"Equívoco". Para o procurador, houve divulgação de informações equivocadas sobre o fundo. "Essa fundação seria da sociedade civil, teria uma cadeira do Ministério Público lá. O modelo foi o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que tem uma cadeira do Ministério Público. O objetivo dessa cadeira era permitir uma fiscalização maior e esperar uma estrutura de gestão desse fundo", declarou.

Deltan disse ainda que a cadeira do Ministério Público seria uma entre "dez, 20 pessoas que teriam no conselho curador". "Essa fundação não é do Ministério Público, não é da Lava Jato, não seria administrada pela Lava Jato. Os recursos não iriam para o Ministério Público, ao contrário do que originalmente se colocou."

Após ser questionado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, no Supremo Tribunal Federal, o acordo com a Petrobrás acabou sendo suspenso pelo ministro do tribunal Alexandre de Moraes.

"Não é procedente, esse dinheiro não ficaria nem com o Ministério Público nem com a Lava Jato. Como ele seria gerido? Entidades da sociedade civil tocariam projetos. Esse conselho curador decidiria para quais projetos seriam destinados (os recursos)", afirmou Deltan. "Existe uma série de regras de governança, boa gestão e fiscalização, inclusive com auditorias externas e independentes. Do mesmo modo que aconteceria com o fundo de interesses difusos", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Ela vai?

Direto da fonte

Detectada forte pressão para que Joice Hasselmann seja convocada para trabalhar com Bolsonaro. Atual líder do governo no Congresso, a deputada do PSL tem grandes chances de assumir a Secretaria de Governo, no lugar de Carlos Alberto Santos Cruz. O general, nesse cenário, iria para a Secretaria- Geral da Presidência, sucedendo seu colega também general Floriano Peixoto. Sub de Gustavo Bebianno, Peixoto havia assumido a cadeira, interinamente, depois da queda do advogado.

Ela 2

Hasselmann faria sombra a Onyx Lorenzoni? Não, ela é aliada de primeira hora do único ministro não militar que despacha no Planalto. E, nas brigas internas do PSL, Joice tem sempre defendido Onyx e vice-versa.

Lá é...

Quem leu o acordo que a Petrobrás fez com o Departamento de Justiça americano – antes sigiloso, agora liberado – viu no artigo 52: a estatal reconheceu que, por meio de seus executivos, conselho de administração e diretores, foi também responsável pela escandalosa corrupção que invadiu a empresa. Reconheceu até que faltou compliance para coibir as ilegalidades.

...diferente de cá

Reclamação de prestador de serviço da Petrobrás: aqui no Brasil, esse reconhecimento não foi oficializado.

Segunda rodada

A Caixa emitiu carta-convite, no fim de semana, chamando diversos bancos a participarem de nova operação de venda de suas ações da Petrobrás – parte relevante do patrimônio líquido do banco. Algo como 10% são compostos de ações da estatal brasileira de petróleo. E, diferentemente de outros conglomerados financeiros, a Caixa não tem uma holding para abrigar participações como essa. O Bradesco tem a Bradespar, o Itaú, a Itaúsa, o BNDES, o BNDESpar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Guilherme Seto

Título: Doria estuda emitir títulos e dar royalties como garantia

Governo de SP revê previsão de receitas e faz contingenciamento de R\$ 5,7 bi

O secretário da Fazenda e Planejamento do Estado, Henrique Meirelles, disse nesta segunda-feira (1º) que a gestão João Doria (PSDB) estuda emitir títulos da dívida com os royalties do petróleo como garantia.

O secretário afirmou que as receitas previstas no Orçamento de 2019 foram feitas com “otimismo excessivo” e que agora trabalha para viabilizar receitas equivalentes a R\$ 4,8 bilhões para cumprir o que está no Orçamento.

Outra possibilidade, segundo Meirelles, seria vender os direitos de recebimento dos royalties. O secretário, que estará em Nova York na próxima semana para tratar do assunto com investidores, acredita que receberá cerca de R\$ 4 bilhões pela operação.

“[Será possível fazer o levantamento do recurso] seja através da emissão de um título da dívida, um ‘bond’, e aí existem alguns problemas referentes a limite de endividamento do estado ou da SPPrev, que aí pode ter uma válvula, colocando o endividamento na SPPrev, mas garantido pelos royalties, ou a venda direta dos recebíveis dos royalties, daquilo que será recebido”, disse. “Estamos trabalhando para gerar receitas para cobrir o que está orçado até o fim do ano.”

O secretário disse que ambas as propostas dependeriam da aprovação do projeto de securitização da dívida na Assembleia Legislativa.

A gestão Doria promoveu um contingenciamento de R\$ 5,7 bilhões em todas as áreas. Segundo Meirelles, a medida foi necessária devido ao déficit fiscal projetado de R\$ 10,5 bilhões em 2019, somado a “receitas incertas” contidas no Orçamento.

As incertezas viriam da privatização da Sabesp, que, segundo ele, não deve acontecer em 2019; da avaliação “otimista” de receitas do Fundo Imobiliário (acreditava-se que imóveis seriam incorporados ao fundo e vendidos neste ano, o que também não deve acontecer); e da previsão de aumento da arrecadação do ICMS, também colocada em dúvida por Meirelles.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Reflexo de Brumadinho, exportação de minério de ferro cai 26% em março

As exportações de minério de ferro do Brasil caíram 25,9% em março ante o mesmo mês do ano passado, para 22,18 milhões de toneladas. Foi o menor

volume mensal em seis anos, diante de cortes de produção pela mineradora Vale, maior produtora global da commodity.

Os dados divulgados nesta segunda (1º) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) confirmam tendência de perda de ritmo nos embarques verificada em meados de março, após crescerem em fevereiro, antes de os desdobramentos da tragédia com a barragem da Vale em Brumadinho (MG) apresentarem seus efeitos.

Na semana passada, a Vale informou que poderá vender até 75 milhões de toneladas a menos do que o programado em 2019, ou 20% menos do que o previsto neste ano, uma vez que tem atualmente 93 milhões de toneladas/ano de capacidade de produção congelada, por iniciativa própria ou determinação de autoridades.

Os cortes da Vale ocorrem enquanto há um aumento das exigências de segurança em estruturas para armazenar rejeitos de minério após o rompimento da barragem em Minas Gerais, em 25 de janeiro.

A Vale responde pela grande maioria do minério de ferro exportado pelo Brasil, que tem no produto um dos principais da sua pauta de exportação.

Apesar da queda no total embarcado, o preço do minério de ferro exportado pelo país subiu 11,6% ante o mesmo período do ano passado, para US\$ 62,5 por tonelada, limitando uma perda maior na receita com as exportações.

A exportação de minério de ferro rendeu ao país em março US\$ 1,39 bilhão, queda de 17% ante o mesmo mês de 2018.

Em parte de março, além dos cortes já anunciados de capacidade produtiva, a Vale sofreu os efeitos da interdição do terminal portuário de minério de ferro na Ilha da Guaíba, pela Prefeitura de Mangaratiba (RJ), que citou problemas de poluição. O terminal, que tem exportado cerca de 40 milhões de toneladas ao ano, já voltou a operar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bloqueio de caixa da Vale pela Justiça chega a R\$ 17,6 bi

A Justiça bloqueou mais R\$ 1 bilhão em recursos da Vale, elevando o total congelado da empresa para R\$ 17,6 bilhões desde a tragédia do rompimento da

barragem de Brumadinho, em janeiro, informou a mineradora nesta segunda-feira (1°).

Segundo a empresa, o mais recente bloqueio foi determinado na sexta-feira (29), pela 1ª Vara Civil da Comarca de Nova Lima (MG), e visa resguardar a reparação de danos aos atingidos pela evacuação da Zona de Auto Salvamento da barragem de Vargem Grande e de potenciais danos às pessoas e ao ambiente em caso de rompimento da estrutura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/04/2019

Seção: Colunas

Autor: : Joana Cunha

Título: Reconstrução...

Painel S.A.

Em mais um passo no esforço de reconstruir sua imagem ligada a escândalos de corrupção em Angola, a Odebrecht inaugura neste mês as exportações para a Europa de sua usina de etanol Biocom (Companhia de Bioenergia de Angola).

...de imagem

Sairão 8.500m³ de etanol hidratado a partir do porto de Luanda, com faturamento de cerca de US\$ 3,5 milhões (quase R\$ 13,5 milhões no câmbio atual), segundo a companhia.

vai...

À plateia de investidores e representantes de empresas reunidos em evento do banco Goldman Sachs, nesta segunda (1°), Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse que a reforma da Previdência será aprovada neste ano, inclusive com votos de partidos da oposição, como o PSB e o PDT.

...sair

E não parou por aí. Segundo Maia, é mais fácil aprovar a reforma do que a privatização da **Eletrobras**.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 02/04/2019**Seção:** Poder**Autor:****Título:** Ministério Público no Rio recorre para que Temer e outros 7 denunciados voltem à prisão

Rio de Janeiro - O Ministério Público Federal recorreu nesta segunda (1º) ao TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) para tentar restabelecer a prisão preventiva do ex-presidente Michel Temer, do ex-ministro Moreira Franco e outros seis denunciados por crimes ligados a **contratos de angra 3**.

A Procuradoria Regional da República atacou os principais pontos da decisão do juiz federal Ivan Athié, que concedeu a liminar para soltar o ex-presidente e os demais investigados. A data do julgamento da 1ª Turma ainda não foi marcada.

Para o magistrado, a decisão do juiz Marcelo Bretas, da primeira instância, para decretar a prisão preventiva não tinha fundamentação concreta e não apresentou a contemporaneidade dos fatos investigados.

"A alegação de falta de contemporaneidade dos fatos, destacada na liminar, foi rebatida pelo MPF com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a análise de fatos contemporâneos deve ocorrer à luz do contexto de reiteração criminosa. Embasando os recursos, o MPF citou habeas corpus similar do ex-ministro Antônio Palocci, negado pelo STF. No esquema com a Eletronuclear, a prática criminosa se manteve em 2018, quando a prisão do então presidente da República era vedada", diz a Procuradoria, em nota.

Temer, 78, é acusado de chefiar uma organização criminosa que desviava recursos das obras da **usina nuclear de angra 3**. O Ministério Público Federal afirmou que chega a R\$ 1,8 bilhão o montante de propinas solicitadas, pagas ou desviadas pelo grupo do ex-presidente da República.

Segundo a Procuradoria, a organização age há 40 anos obtendo vantagens indevidas sobre contratos públicos.

Em sua decisão para soltar Temer, Athié chama a atenção para o objeto da investigação, que deve ser só a Eletronuclear.

"Não passa despercebido exagero na narração, na decisão impugnada [de Bretas], eis que em apuração, no caso, apenas os relacionados com a Eletronuclear, e não outras investigações", afirma a decisão de Athié.

O advogado Eduardo Cernelós, que defende Temer, afirma que o novo pedido da Procuradoria não trouxe elementos novos que possam mudar o parecer dado pelo juiz para libertar o ex-presidente.

"A decisão que concedeu liminar para determinar a libertação de Michel Temer é sólida, consistente e amparada no Direito. O agravo interposto pelo MPF não trouxe nenhum elemento idôneo capaz de justificar a alteração daquela decisão [...]. Por isso, o que se espera é que a Turma Especializada do TRF-2 conceda a ordem e torne definitiva a liminar, para cassar a decisão que decretou a prisão preventiva."

Em nota, a defesa de Moreira Franco diz ver "com naturalidade o recurso [...] não obstante não encontre uma linha daquela petição que possa concordar."

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/04/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELO NINIO Especial para O GLOBO JERUSALÉM

Título: Presidente avalia acabar com o horário de verão. Estudo já está pronto

O presidente Jair Bolsonaro pediu ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, um estudo para que ele possa avaliar a possibilidade de extinguir o horário de verão. Segundo o ministro, o estudo com prós e contras já está pronto e será apresentado ao presidente assim que possível.

—O presidente já deu declarações no passado de que era contrário ao horário de verão. Mas pediu de forma totalmente isenta para que eu apresente o estudo para ele tomar a decisão — disse Albuquerque, que está em Jerusalém na comitiva que participa da visita presidencial a Israel.

O ministro lembrou que "metade do país já não tem mais horário de verão", que está em vigor no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

COOPERAÇÃO EM START-UPS

Albuquerque disse que, em conversas com o ministro da Energia israelense, Yuval Steinitz, foram apontadas diretrizes para a cooperação em setores que interessam aos dois países, como óleo, gás e biocombustíveis, "principalmente naquilo que diz respeito a start-ups e ao desenvolvimento de novas tecnologias e inovação".

Ele acrescentou que a Petrobras demonstrou interesse nos leilões para exploração de 19 áreas de gás natural que Israel fará em breve e mandou uma carta ao governo israelense para obter mais informações.

No ano passado, o horário de verão gerou confusão: começou no dia 4 de novembro — diferentemente do que ocorria desde 2008. Além de a data ter coincidido com a primeira etapa de exames do Enem, o que preocupou estudantes e educadores, celulares e computadores programados segundo o sistema antigo entraram no novo horário antes do tempo, em outubro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/04/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO E GLAUCE CAVALCANTI

Título: Vale tem 17 barragens sem declaração de estabilidade

Governo reduz orçamento para fiscalização de reservatórios; Agência Nacional de Mineração possui só três fiscais em Minas

O Brasil começa abril com mais barragens de rejeito de mineração em risco e menos dinheiro para fiscalizá-las. A Vale informou ontem pela manhã que teve negada a Declaração de Controle de Estabilidade (DCE) para 17 de suas barragens em Minas Gerais. Dez destes reservatórios ainda não tinham registrado problemas em seus níveis de segurança. Outras sete já tinham sofrido mudanças em seus níveis, sendo que quatro estão no nível máximo de emergência. Jamais o Brasil enfrentou crise igual na mineração.

A mineradora informou que 80 de suas barragens conseguiram renovar a DCE. Na semana passada, a Vale anunciou que já espera um tombo de até 20% nas vendas de minério de ferro este ano, considerando uma estimativa de alcançar 382 milhões de toneladas comercializadas. A previsão reflete o corte de 92,8 milhões de toneladas na produção, que deveria bater 400 milhões de toneladas em 2019. A redução é consequência da paralisação de unidades da mineradora após o desastre de Brumadinho e por medidas preventivas ou judiciais.

A diminuição da produção pode comprometer o abastecimento das siderúrgicas do país em 30 a 60 dias, segundo estimativa da Federação das Indústrias de Minas Gerais. A empresa fornece quase metade do minério de ferro usado no mercado nacional e 90% das pelotas que seguem para as produtoras de aço, segundo o Instituto Aço Brasil. O primeiro impacto será de alta nos preços, dizem especialistas. O segundo, um freio à produção em setores como os de máquinas e equipamentos, automotivo e eletroeletrônicos.

Enquanto isso, a situação da fiscalização tende a se agravar. O governo bloqueou numa portaria, na última sexta-feira, 79,54% do orçamento previsto para este ano para o **Ministério de Minas e Energia**, que controla a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A agência só dispõe hoje de três engenheiros em Minas para fazer a fiscalização de todas as 218 barragens de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens, isto é, que oferecem risco potencial elevado. Ontem, no Seminário Nacional sobre Segurança de Barragens de Rejeito, promovido no Rio pela Academia Nacional de Ciências (ABC), Alexandre Vidigal de Oliveira, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME reconheceu que será preciso mexer na estrutura da área para evitar um enfraquecimento ainda maior da ANM.

Segundo Oliveira, a ANM foi criada com a função de regular e fiscalizar. Mas tem apenas oito fiscais para todo o país e, nos últimos dez anos, o antigo DNPM, seu antecessor, recebeu 10% do que deveria.

BARRAGENS PREOCUPAM

Em Minas, a situação das barragens preocupa. A Sul Superior, em Barão de Cocais; B3/ B4, em Nova Lima; e Forquilhas 1 e 2, em Ouro Preto, já estavam no nível 3, indicador de ruptura iminente, desde a semana passada. Todas haviam tido a população na chamada área de autossalvamento, em que na prática só há segundos para se tentar escapar de uma onda de ruptura, evacuada.

Foram colocadas no nível 1, com paralisação de atividades, mas sem evacuação das zonas autossalvamento: Dique Auxiliar da Barragem 5, da Mina de Águas Claras; Dique B e Barragem Capitão do Mato, da Mina de Capitão do Mato; Barragem Maravilhas II, do Complexo de Vargem Grande; Dique Taquaras, da Mina de Mar Azul; Barragem Marés II, do Complexo de Fábrica; Barragem Campo Grande, da Mina de Alegria; Barragem Doutor, da Mina de Timbopeba; Dique 02 do Sistema de Barragens de Pontal, do Complexo de Itabira; e Barragem VI, da Mina do Córrego de Feijão.

Chamam a atenção a Barragem do Complexo de Alegria, em Mariana, onde se planeja lançar o rejeito da Samarco, impedida de operar desde o rompimento de Fundão. Também a Barragem VI junto às três barragens (B1, B4 e B4A) destruídas em Córrego de Feijão, em janeiro. E Maravilhas II (Itabirito), próxima à barragem em construção Maravilhas III e uma área povoada.

A promotora Andressa de Oliveira Lanchotti, do Ministério Público de Minas e da força-tarefa que investiga os desastres de Brumadinho e de Mariana, disse que a prioridade, mais do que simplesmente descomissionar (paralisar as

atividades e remover o rejeito) das barragens em risco, é saber se a mineradora já tinha conhecimento dos problemas.

—Os danos são imensos para a toda a sociedade. É fundamental identificar as causas e evitar que se repitam —destacou ela no evento da ABC.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/04/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras quer privatizações sem aval de acionistas

Estatual propõe alterar seu estatuto social. Venda de controle de subsidiárias poderá ser decidida pelo Conselho de Administração e não precisará mais passar por assembleias com investidores. Objetivo é agilizar operações

A Petrobras está propondo mudanças em seu estatuto social que permitirão, entre outras coisas, que a venda do controle de subsidiárias possa ser aprovada diretamente pelo Conselho de Administração, como antecipou O Estado de S.Paulo. Desta forma, não haveria necessidade da aprovação dos acionistas em assembleia extraordinária, como acontece atualmente.

A proposta consta no manual da assembleia geral extraordinária prevista para o próximo dia 25 deste mês.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, tem como meta acelerar a venda de ativos. Em entrevista ao GLOBO em fevereiro, disse que fechará a venda de ao menos uma refinaria este ano. O objetivo é reduzir a participação da Petrobras no mercado de refino, hoje em 98%, e estimular a concorrência. O executivo pretende assumir a área de Aquisições e Desinvestimentos, hoje alocada junto à diretoria financeira.

Com as mudanças propostas, os acionistas também não poderão mais opinar sobre mudanças nas diretorias da Petrobras.

Especialistas em governança e analistas de mercado avaliam a mudança como positiva, pois agilizaria o processo de venda de empresas subsidiárias ou refinarias. O vice-presidente da Associação dos Investidores Minoritários (Admin), Aurélio Valporto, criticou a proposta, dizendo que ela traz menos transparência ao processo de decisão da companhia e tira dos minoritários o direito de discutir mudanças estratégicas.

— É um absurdo. São decisões tomadas pelos conselheiros, um grupo menor, e não pelos acionistas. Na assembleia, há espaço para a discussão, [ela] dá maior

visibilidade à negociação, e os minoritários têm direito de expor suas opiniões —afirmou Valporto.

ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Para Flávia Maranhão, coordenadora da Escola de Negócios do Centro Universitário Celso Lisboa, a venda do controle de subsidiárias sem aprovação em assem-bleia não altera o quadro atual. Flávia pondera que a avaliação do acionista majoritário, a União, costuma prevalecer, pois a votação é feita por maioria simples. A especialista lembra ainda que os membros do conselho são eleitos pelos acionistas, e se espera que eles busquem o melhor resultado para a empresa. Ela ressalta, porém, que é preciso cuidado na escolha dos integrantes do colegiado, justamente para evitar a repetição de cenários como o da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, que trouxe grandes prejuízos à companhia.

— A Petrobras não será a primeira nem a última empresa a fazer esse movimento, ao tirar o poder de decisão de certas questões dos acionistas, pois dá maior dinamismo ao processo. Isso dá mais agilidade à venda de ativos — disse Flávia.

A Petrobras explicou que está propondo alterar trechos dos artigos 30, inciso XVI e 40, do inciso VII do Estatuto Social, e diz que a medida "tem como objetivo trazer a competência para a aprovação da alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais para o Conselho de Administração, o que se encontra em linha com a legislação aplicável à Petrobras, em especial à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e com a prática do mercado." Pedro Galdi, analista da corretora Mira e Asset, considerou a medida positiva para tornar mais rápido o processo de venda de ativos. Para o analista, os minoritários podem se reportar aos seus representantes no próprio Conselho de Administração.

—A decisão está atrelada à estratégia do novo presidente da estatal de vender o mais rápido possível alguns ativos que não fazem mais parte do foco de evolução dos negócios —destacou Galdi.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/04/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA BRASÍLIA

Título: Estados em calamidade financeira concentram um terço das estatais

União quer incentivar privatizações nos governos locais, adiantando empréstimos do programa de socorro

As estatais federais não são as únicas no radar do ambicioso plano de privatizações da equipe econômica. As empresas controladas pelos estados também estão na mira. O plano de recuperação para governos regionais em elaboração pelo Tesouro Nacional vai incluir um incentivo para aqueles que apresentarem planos de privatização. Hoje, segundo levantamento do Observatório de Estatais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feito a pedido do GLOBO, há 240 companhias públicas ou de economia mista nas mãos de governadores. Desse total, 30% estão nos sete estados que já decretaram calamidade financeira, inclusive o Rio.

O plano de incentivo às privatizações deve fazer parte do pacote de equilíbrio financeiro em gestação. A ideia é que os estados possam antecipar os recursos que venham a ser arrecadados com a venda de estatais.

Estão nessa lista, por exemplo, a Cedae, de saneamento, e a Emop, de obras públicas. O levantamento não incluiu o valor de mercado das companhias, uma estimativa considerada muito difícil por especialistas do setor.

Na avaliação do economista Márcio Holland, diretor do Observatório de Estatais, há um excesso de estatais no país, principalmente nos estados. O número de estatais estaduais é bem superior às 135 federais. Para Holland, faz sentido incluir o incentivo para venda em um programa de ajuda aos estados:

—É um mecanismo muito poderoso, que deveria ser incluído nesse pacote dos entes federados.

RECORRER AO BNDES

Seja na União ou nos estados, no entanto, historicamente há resistência contra privatizações. Parte das críticas envolve a ideia de que os ativos podem ser subavaliados. No Rio, o processo de venda da Cedae, por exemplo, foi interrompido por decisão da Assembleia Legislativa do estado. Em Minas Gerais, também em grave crise fiscal, o governador Romeu Zema (Novo) prometeu privatizar a Cemig, de Energia elétrica. Mas, desde a posse, afirma que antes precisa recuperar a companhia. No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) já descartou a venda do Banrisul, mas considera privatizar a CEEE (Energia) e a CRM (mineração).

O incentivo às privatizações nos estados deve ser estruturado pela Secretaria do Tesouro Nacional e a nova Secretaria de Desestatização e Desinvestimento, comandada por Salim Mattar. No mercado, a expectativa sobre o que será feito com as estatais estaduais tem provocado interesse.

Na avaliação do economista Claudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B, o principal ator do governo para viabilizar a privatização de estatais nos estados

deve ser o BNDES. Ele considera que esse deve ser o principal foco do banco público nos próximos anos:

— O país está desperdiçando uma oportunidade em não levar o envolvimento maior do BNDES no processo de privatização. Tem mais de 2.800 funcionários, mais de 700 técnicos, e é possivelmente a instituição com mais competência técnica para avançar um programa dessa complexidade.

Enquanto isso, a leitura é que o processo nas estatais federais deve ser lento e gradual. Na avaliação de Gustavo Gusmão, diretor executivo de infraestrutura da consultoria EY, já existe uma apreensão do mercado para sinalizações mais concretas do governo sobre o programa de privatizações. No entanto, a expectativa é que números mais concretos só sejam revelados após o avanço da reforma da Previdência.

— Existe uma expectativa para enxergar esse fluxo de privatizações. Já seria necessário e possível apresentar isso. Mas tem uma dependência da reforma da Previdência. Anunciar um programa com muito detalhe neste momento pode obrigar o governo, em um horizonte de alguns meses, a redesenhar tudo — explica Gusmão.

Na avaliação de Elias de Souza, líder de serviços públicos e governo da Deloitte, é preciso ainda aguardar para ver qual será a modelagem de privatizações escolhida pelo governo:

— Estamos em uma fase de avaliar qual é o valor dos ativos, e qual é a melhor solução para eles.

Mauro Moura, consultor do escritório Veira no Advogados, também destaca que o trabalho será demorado, pois cada caso terá de ser analisado individualmente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/04/2019

Seção: O País

Autor: CHICO OTAVIO E DANIEL BIASETTO

Título: MPF recorre para levar Temer de volta à prisão

Procuradoria menciona torçozeleira eletrônica como opção caso ex-presidente, Moreira Franco e coronel Lima não sejam presos novamente. Decisão passa pelo mesmo desembargador que concedeu os habeas corpus

A Procuradoria Regional da República da 2a. Região entrou com recurso, ontem, para reverter a soltura do ex-presidente Michel Temer, do ex-ministro Moreira

Franco e do coronel João Baptista Lima, alvos da Operação Descontaminação. Os três foram soltos por decisão do desembargador Ivan Athié.

Os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) pediram que os habeas corpus de Temer, Moreira Franco e coronel Lima sejam julgados pela 1a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a. Região (TRF-2). Porém, caberá ao próprio Athié decidir quando levará o assunto à 1a. Turma. Athié também pode tomar a decisão monocraticamente.

Os procuradores pediram que o ex-presidente e seus aliados cumpram prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, caso os desembargadores não revertam a soltura. Além disso, o MPF pediu que Temer seja proibido de ter contato com outros acusados.

“Os fatos são graves, complexos e foram praticados de maneira reiterada e sistemática, no bojo de um esquema mais sofisticado do que os outros até então desvendados”, alegaram os procuradores.

Os argumentos dos procuradores são os mesmos usados nos pedidos de prisão preventiva, determinada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7a. Vara Federal Criminal do Rio, no último dia 21. Temer, Moreira Franco e Lima foram denunciados por corrupção, lavagem de dinheiro e peculato na **construção da usina de angra 3**. Ao determinar a soltura dos investigados, no dia 25, Athié disse que os argumentos nos mandados de prisão são “suposições de fatos antigos”.

A defesa de Temer disse que a decisão de soltura do ex-presidente é “sólida, consistente e amparada no Direito”. Os advogados de coronel Lima classificaram a mesma decisão como “irretocável”. Já a defesa de Moreira Franco disse que “vê com naturalidade o recurso do MPF, não obstante não encontre uma linha daquela petição que possa concordar”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel

Título: Horário de verão na pauta

Jerusalém — O presidente Jair Bolsonaro estuda acabar com o horário de verão e poderá tomar uma decisão a partir da próxima semana. A informação é do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Segundo ele, o chefe do Executivo pediu, uma semana atrás, que ele fizesse um estudo sobre essa possibilidade e lhe apresentasse. Na semana passada, o Parlamento Europeu aprovou o fim do horário de verão no continente a partir de 2021.

“Por acaso, o presidente Bolsonaro, uma semana atrás, mandou que eu estudasse e apresentasse para ele. Eu estou terminando o estudo sobre essa questão do horário de verão para ele poder decidir”, disse Albuquerque, ontem.

O ministro participa da comitiva da visita oficial do presidente ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e adiantou que, a partir da próxima semana, ele poderá apresentar suas conclusões “quando o presidente quiser”.

O titular do Ministério de Minas e Energia evitou adiantar a sua avaliação. “A minha opinião técnica eu vou dar para o presidente. Os estudos estão praticamente encerrados”, garantiu. Segundo ele, a avaliação não será feita apenas pela questão da economia com o fato de alguns estados brasileiros adiantarem o relógio em uma hora. Os valores costumam ser pouco expressivos.

“Existem outros fatores, além da economia. E isso será apresentado ao presidente. Ele tem muito interesse nesse assunto. E eu estarei pronto a partir da semana que vem”, afirmou.

1931

Ano em que o horário de verão foi adotado pela primeira vez no Brasil, sob a presidência de Getúlio Vargas

MME / ASCOM .